

Economia Global e Gestao

Global Economics and Management Review

Efeito da flexibilidade na decisão de investimento:
Uma aplicação à exploração do cobre

ELISABETE FÉLIX E JOSÉ PAULO ESPERANÇA

Culturas nacionais e índices de desenvolvimento
económico e humano

ARMÉNIO REGO E AIDA TAVARES

Análise de marketing de um novo serviço de auditoria:
A auditoria forense

DANIEL TABORDA E NUNO FORTES

New paradigms in supply chain management:
Fast supply chains

JOSÉ CRESPO DE CARVALHO E JOSÉ CRUZ FILIPE

Economia e gestão do conhecimento: Um ensaio introdutório

MÁRIO MURTEIRA

Technology management and subsidiary influence in MNCs:
A research agenda

ANTÓNIO CARRIZO MOREIRA

Consenso de Buenos Aires

NÉSTOR KIRCHNER E LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA



Escola de
GESTÃO
ISCTE

Nº 1 / 2004

Volume IX
Quadrimestral
Abril

Preço: 9,00€

Análise de marketing de um novo serviço de auditoria

A auditoria forense

DANIEL TABORDA E NUNO FORTES

RESUMO: De acordo com o enquadramento legal, a preparação e apresentação das demonstrações financeiras são da responsabilidade dos órgãos de gestão (conselho de administração, gerência ou equivalente) e a auditoria surge como uma forma de dar credibilidade a essa informação. As expectativas dos utilizadores das demonstrações financeiras passam pela responsabilização dos auditores no que à detecção de erros e fraudes respeita. A auditoria forense surge como uma resposta a esta pretensão, assumindo-se como um serviço complementar à tradicional certificação legal de contas. O objectivo deste artigo é reflectir sobre a pertinência da introdução no mercado deste novo serviço oferecido pelos auditores.

Palavras-chave: Auditoria Forense, Fraude em Auditoria, Responsabilidade dos Auditores, Análise de Marketing

TITLE: Marketing analysis, a new auditing service: forensic auditing

ABSTRACT: According to the legal code the preparation and presentation of financial reports are the responsibility of management bodies (administrative council, management or equivalent) and the auditing emerges as a form of certifying this information. The financial reports users expect the auditors to be responsible for the detection of errors and frauds. Forensic auditing emerges as a response to this intention and becomes a complementary service in addition to the traditional legal certification of accounts. The aim of this article is to examine the pertinence of the market introduction of this new auditing service.

Key words: Forensic Auditing, Fraud Auditing, Auditors Responsibility, Marketing Analysis

DANIEL TABORDA

daniel.taborda@estgoh.ipc.pt

Docente da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital, Instituto Politécnico de Coimbra, Portugal. Mestre em Contabilidade e Auditoria (Universidade Aberta).

Teacher at School of Technology and Management of Oliveira do Hospital, Instituto Politécnico de Coimbra, Portugal. Master in Accounting and Auditing (Universidade Aberta).

NUNO FORTES

nuno.fortes@estgoh.ipc.pt

Docente da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital, Instituto Politécnico de Coimbra. MBA em Gestão de Empresas (ISCTE).

Teacher at School of Technology and Management of Oliveira do Hospital, Instituto Politécnico de Coimbra, Portugal. MBA in Management (ISCTE).

Nos anos 60, Mautz e Sharaf anteciparam que a auditoria iria tornar-se numa ciência autónoma e que teria o mesmo desenvolvimento das outras ciências. Se há 50 anos a questão da autonomia e desenvolvimento da auditoria enquanto ciência era controversa, hoje a polémica coloca-se na esfera das responsabilidades do auditor perante as expectativas do público. De acordo com Ontín *et al.* (2000), a auditoria consiste num processo sistemático de obter e avaliar de forma objectiva a consistência de certas afirmações em relação a factos económicos, com o propósito de estabelecer o grau de correspondência entre as referidas afirmações e os critérios estabelecidos, assim como de comunicar os resultados aos utilizadores interessados.

A comunicação dos resultados da auditoria constitui a última fase do processo de auditoria (também designada de fase de relato) e reflecte a utilidade pública da auditoria¹, uma vez que, de acordo com Baptista da Costa (2000), muitos são os utilizadores das Demonstrações Financeiras (DF) que precisam de satisfazer as diferentes necessidades de informação: investidores; trabalhadores; financiadores; fornecedores e outros credores comerciais; clientes; governo e seus departamentos; e público.

Os processos de interacção e de reporte dos auditores com os utilizadores da informação financeira de uma empresa constituem uma área chave da gestão, sendo considerados factores críticos de sucesso empresarial, sobretudo no paradigma vigente da responsabilidade social da empresa. O manancial de entidades que fazem fé no auditor, individualmente e na própria classe profissional, exige que o seu comportamento seja conduzido de modo a justificar essa confiança.

ENQUADRAMENTO LEGAL EM PORTUGAL

A credibilização da informação financeira em Portugal assume a sua máxima expressão na revisão legal de contas, competência exclusiva dos Revisores Oficiais de Contas (ROC)², que se materializa na certificação legal das contas³.

O n.º 23 das normas de relato, incluídas nas normas técnicas de revisão/auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC), estabelece que "nos casos de revisão/auditoria conducente a uma certificação legal das contas ou a um relatório do auditor externo, porque o revisor/auditor proporciona um nível de segurança aceitável, a sua opinião deve ser expressa de uma forma positiva, isto é, declarando se as DF, tomadas como um todo, apresentam ou não, de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira, o resultado das operações e os fluxos de caixa da entidade, com referência a uma data e ao período nela findo, de acordo com o referencial adoptado na preparação das mesmas (princípios contabilís-

ticos geralmente aceites, ou os especificamente adoptados em Portugal, para um dado sector de actividade)".

Baptista da Costa (2000) refere que a expressão "apresentam de forma verdadeira e apropriada" é uma tradução da expressão inglesa *give a true and fair view* e acrescenta que, na certificação legal de contas, os auditores deixaram de utilizar a palavra "exactidão" para expressarem a sua opinião ou parecer sobre as DF. Segundo este autor, os motivos que impedem o auditor de ter a certeza absoluta da correcção das DF, prendem-se com o facto de a auditoria ser efectuada numa base de amostragem e não numa base integral, com a contingência dos saldos de algumas contas serem estimados, de que são exemplo: as contas de provisões⁴; com a possibilidade de utilização de várias políticas contabilísticas relativamente a um mesmo assunto (ainda que sujeitas aos princípios contabilísticos geralmente aceites); e também com a possibilidade do auditor ter detectado erros, inexactidões ou diferenças que, na sua opinião, não sejam materialmente relevantes.

De facto, a auditoria regulamentou a própria profissão no sentido de incidir na verificação da conformidade da elaboração das DF com os princípios contabilísticos geralmente aceites, afastando da sua esfera de responsabilidade a detecção de fraudes e erros. O n.º 10 das normas gerais (incluídas nas normas técnicas de revisão/auditoria da OROC) reza que "embora a detecção de fraudes e erros não seja normalmente um dos objectivos do seu trabalho, o revisor/auditor deve, no planeamento e execução deste, adoptar uma atitude de dúvida sistemática, tendo presente o risco da ocorrência de tais situações". O n.º 6 da Norma Internacional de Auditoria (NIR) 240 Fraudes e Erros esclarece que "o revisor/auditor não é nem pode ser responsabilizado pela prevenção de fraudes e erros" e o respectivo n.º 5 refere que "a responsabilidade pela prevenção e detecção de fraudes e erros reside na gerência, através da implementação e do funcionamento continuado de sistemas contabilístico e de controlo interno adequados".

De acordo com Chidgey e Stone (2002), é entendimento geral do público que a obrigação principal do auditor é a detecção de fraudes. Não obstante as expectativas do público⁵, os argumentos de economia, eficiência e eficácia invocados pelos auditores legitimam a respectiva desresponsabilização no que respeita à prevenção e detecção de fraudes e erros. Repare-se que a revisão legal de contas, sendo exigida por lei, não poderia ter custos in comportáveis para as empresas, como os que necessariamente decorrem de uma auditoria que tivesse como propósito a detecção e prevenção de fraudes e erros.

A questão que se coloca é saber como é que o mercado empresarial reagiria ao aparecimento de um serviço oferecido pela auditoria, cujo objectivo fundamental fosse a prevenção e detecção de fraudes.

A FRAUDE E OS RESPONSÁVEIS PELA SUA DETECÇÃO

De acordo com a NIR 240 - Fraudes e Erros, "o termo fraude refere-se a um acto intencional praticado por um ou mais indivíduos, entre os quais a gerência, empregados, etc., ou terceiros, que resultem num erro de apresentação nas DF". Esta norma esclarece, ainda, algumas situações que estão na origem da fraude: manipulação; falsificação ou alteração de registos ou documentos; apropriação indevida de activos; supressão ou omissão dos efeitos de transacções nos registos ou documentos; registo de transacções sem substância e má aplicação de políticas contabilísticas.

A fraude distingue-se, assim, do erro⁶, mercê do seu carácter intencional, uma vez que na sua génese está patente a fuga à verdade, com o propósito de ocultar ou modificar algo, descurando ou lesando o interesse de terceiros. Deste modo, o agente, ou grupo de agentes, que comete fraude pretende, inequivocamente, gerar o resultado da acção ou da omissão.

No seguimento da recente publicação da *Statement of Auditing Standards* (SAS) 82⁷, que exige que o auditor, no planeamento de uma auditoria, obtenha uma segurança razoável relativamente à detecção de erros e fraudes, Cullinan e Sutton (2002) citam um estudo levado a cabo pela KPMG, nos EUA (1998 *Fraud Survey*), que indica que, em 1998, apenas 4% das fraudes eram descobertas por auditores externos e que, em 1994, esse valor era de 5%. Contrariamente, o valor dos custos resultantes de DF com distorções materialmente relevantes aumentou de \$765 000, em 1994, para \$1 239 000, em 1998.

Não parece razoável imputar a responsabilidade pela prevenção e detecção de fraudes aos auditores. De facto, segundo o normativo legal, a responsabilidade última pela prevenção e detecção de fraudes é da administração/gerência. Ao auditor cabe a função de recolher provas que assegurem, com segurança e garantia razoáveis, a fiabilidade dos sistemas de controlo interno e das DF, planeando o seu trabalho de forma a ter uma expectativa razoável de detecção de eventuais erros e fraudes⁸. Sendo certo que o auditor coadjuva os órgãos de gestão na implementação de um sistema de controlo interno eficiente, é inquestionável que este último visa, sobretudo, prevenir e detectar fraudes perpetradas por funcionários da base hierárquica organizacional. Se, por um lado, a apropriação indevida de activos é normalmente levada a cabo por estes últimos, o relato financeiro fraudulento é, sobretudo, encetado por executivos de topo, incluindo os órgãos de gestão.

A AUDITORIA FORENSE - UMA ANÁLISE DE MARKETING

De acordo com o atrás exposto, parece-nos evidente a pertinência de um serviço de auditoria especificamente dirigido à prevenção e detecção de fraudes - a auditoria forense.

O conceito de auditoria forense, para Rushinek e Rushinek (2000), consiste numa auditoria de investigação com o propósito de detectar a probabilidade, a magnitude e o risco de existência de irregularidades nas DF.

De acordo com Messier Junior (2000), o objectivo da auditoria forense consiste na prevenção e detecção de actividades fraudulentas. O recurso aos serviços dos auditores forenses tem aumentado significativamente, em particular nos casos de fraude que envolvem questões financeiras. As fraudes empresariais (quer organizacionais, quer contra a empresa), as investigações criminais, os conflitos entre accionistas ou sócios empresariais e as perdas económicas empresariais, constituem questões que requerem uma auditoria forense, uma vez que exigem, normalmente, a identificação e quantificação de activos financeiros. O mesmo autor sustenta que o auditor forense pode exercer funções em empresas privadas, agências governamentais, empresas de contabilidade pública e empresas de prestação de serviços de investigação e de consultoria.

A auditoria forense tem, pois, por principal objectivo prestar assistência às organizações na identificação das áreas chave de vulnerabilidade à fraude e desenvolver sistemas eficazes de detecção. Cumulativamente, o auditor forense presta assistência em questões de contencioso que envolvem litígio, arbitragem e mediação e que podem resultar em processos civis ou criminais, reunindo evidência e testemunhando de forma especializada ou pericial.

De acordo com Lugo e Cano (2001), a auditoria forense é uma forma de combater a corrupção, porque permite que um especialista emita, perante juízes, conceitos e opiniões de valor técnico que permitem à justiça actuar com mais certeza, especialmente, no domínio fiscal. Acrescentam que a corrupção é uma das principais causas da deterioração do património público e que a auditoria forense constitui um instrumento de combate a esse flagelo.

Do ponto de vista da envolvente externa, os serviços de auditoria forense respondem directamente a oportunidades de mercado bem identificadas, embora enfrentem ameaças não desprezáveis. No que respeita às competências próprias do serviço e entidades prestadoras, é possível identificar pontos fortes importantes, bem como

alguns pontos fracos. Torna-se, então, fundamental esquematizar a respectiva análise SWOT.

Oportunidades

Embora os auditores reclamem a sua desresponsabilização no que respeita à prevenção e detecção de erros e fraudes, os utilizadores da informação financeira pretendem o envolvimento daqueles no que a estas matérias específicas concerne. Seja por uma questão de protecção profissional, seja por falta de percepção das necessidades do público-alvo, o importante é relevar que, actualmente, em Portugal, é escassa a oferta de serviços de auditoria forense. De acordo com Zeithaml e Bitner (1996), esta diferença entre a percepção, por parte das empresas, das expectativas dos seus clientes e o serviço esperado por esses mesmos clientes constitui um *gap* fundamental que justifica a falta de qualidade dos serviços prestados. Emerge, assim, a oportunidade de introdução no mercado de um serviço que responda às necessidades específicas dos clientes da informação financeira, em termos de prevenção e detecção de erros e fraudes.

Ameaças

A principal ameaça, que os serviços de auditoria forense enfrentam, é a pretensa desresponsabilização dos auditores em termos de prevenção e detecção de erros e fraudes, legitimada por argumentos de economia, eficiência e eficácia dos seus trabalhos. Este facto pode traduzir-se numa resistência à oferta de serviços complementares de auditoria forense, por parte dos actuais ROC e Sociedades de ROC, assim como no não surgimento de novas empresas de auditoria, especificamente vocacionadas para este tipo de serviços. Esta resistência da oferta pode exercer alguns efeitos de arrefecimento sobre a procura dos serviços de auditoria forense por parte do seu público-alvo.

Pontos Fortes

A principal competência interna deste tipo de serviços é a sua adequação a necessidades específicas identificadas no mercado - a necessidade genérica de credibilidade das DF e a necessidade específica de prevenção e detecção de erros e fraudes.

Para além disso, a auditoria forense pode resultar num processo organizacional mais lato e com consequências mais vastas, em termos do relacionamento das entidades emissoras com os utilizadores da informação financeira. Na verdade, o assegurar de uma forma mais global, eficiente e eficaz da característica fundamental da informação financeira - a sua credibilidade, que extravasa o âmbito mais restrito da certificação legal de contas, permite às organizações o estabelecimento de um processo contínuo de construção de relações de cooperação e colaboração com os utilizadores da infor-

mação financeira, com o objectivo de criar e potenciar valor acrescentado para ambas as partes (Shani e Chalasani, 1992). Este processo insere-se na lógica do marketing relacional e tem benefícios evidentes para todos os interessados ao proporcionar e receber informação financeira de qualidade.

Pontos Fracos

Dada a especificidade e as exigências deste tipo de serviços, acentua-se a necessidade de uma formação robusta e cuidada do auditor, não apenas num conjunto de áreas de conhecimento tradicionais (financeira, contabilística, fiscal, jurídica, entre outras), como também na área da detecção e prevenção da fraude. A actual escassez da oferta de formação, nesta última área, coloca em evidência a falta de experiência dos auditores portugueses no ponto nevrálgico da auditoria forense.

A CONCEPÇÃO DO SERVIÇO

Para além de justificar a sua pertinência e relevância face à análise de mercado efectuada, é importante reflectir sobre as principais características do serviço de auditoria forense.

No que diz respeito à materialidade, deve o auditor estabelecer no planeamento da auditoria, conforme o disposto na NIR 320, um nível de materialidade aceitável que lhe permita detectar quantitativamente as distorções materialmente importantes ao nível das DF, no seu conjunto, e ao nível do saldo de contas individualmente. Tem, pois, a função de avaliar preliminarmente o risco de auditoria, tendo em conta a materialidade e o relacionamento desta com aquele risco. Torna-se necessário descobrir quando é que um desajustamento se torna suficientemente relevante ao ponto de afectar o decurso da auditoria e eventuais opiniões relativamente às DF⁹.

A auditoria forense não fixa qualquer nível de materialidade. O auditor forense deve considerar que uma irregularidade, sendo materialmente irrelevante, pode servir de ponto de partida para a descoberta de uma verdade escondida ou pode esconder um comportamento ilegal e, por isso, deve ser minuciosamente analisada e dissecada. Gray (2002) afirma que um profissional de auditoria forense combina um trabalho de detective clássico com análises financeiras sofisticadas na descoberta do que está por detrás de cada uma das transacções de uma organização, consideradas individualmente e como um todo.

Num trabalho de auditoria forense, o risco de detecção aplica-se a todo o tipo de irregularidades (quer provoquem ou não distorções materialmente relevantes). Por forma a diminuir o risco de detecção, a verificação documental e contabilística efec-

tuada pelo auditor forense é feita numa base de 100%¹⁰. A auditoria forense é uma auditoria integral, ou seja, não adopta o método de amostragem estatística para obter prova de auditoria. A autenticidade dos documentos e as transacções de suporte têm de ser integralmente verificadas, uma vez que podem encobrir fraudes ou outras irregularidades.

Para além disso, o cruzamento de informação proveniente de várias fontes (formal ou informal, esta última também designada por informação de corredor), a utilização de pensamento dedutivo e de espírito céptico e criativo constituem factores que reduzem o próprio risco de detecção.

Para Krambia-Kapardis (2002), devido à natureza e inerentes limitações da auditoria, a fraude é de muito difícil detecção. Factores como a possibilidade da fraude ser cometida por pessoas que dominam a técnica contabilística e que, assim, conseguem ocultá-la; a inexistência de competências de detecção da fraude por parte dos auditores; a pressão do factor tempo na auditoria; a dificuldade do auditor em investigar executivos de topo que são quem contrata os seus serviços e as consequências judiciais enfrentadas pelo auditor, por ter descoberto a fraude, dificultam a detecção da fraude no decurso de uma auditoria. Um trabalho de detecção de fraude compreende um elevado conhecimento da fraude enquanto fenómeno, indicadores de fraude e uma análise ao grau de exposição/vulnerabilidade à fraude da organização auditada. Esta análise engloba a determinação dos activos expostos à apropriação indevida, dos sujeitos que poderão cometer a fraude e qual o seu benefício e dos mecanismos de controlo interno.

Tendo em vista ir ao encontro das necessidades dos utilizadores da informação financeira, o pacote de serviços oferecidos no âmbito da auditoria forense, pode incluir, designadamente:

- revisão do sistema de controlo interno e definição de um sistema mais eficaz;
- avaliação do grau de exposição da organização à fraude (identificação e prevenção de *red flags*);
- formação aos colaboradores da empresa ao nível da prevenção e detecção de fraudes;
- exame e investigação de fraudes e erros imateriais, de forma a evitar situações mais graves.

CONCLUSÃO

A auditoria forense não constitui uma ruptura com a auditoria financeira externa clássica, efectuada num trabalho de certificação legal de contas. Não pretende, por

outro lado, colocar em causa a limitação da responsabilidade do auditor na detecção de fraudes e erros que decorre da regulação da actividade do auditor. A auditoria forense traduz-se, sim, no aparecimento de um novo tipo de auditoria que se consubstancia na aplicação dos conhecimentos técnicos do ROC a situações de prevenção e detecção de fraude e a casos que envolvam contencioso.

A análise efectuada indicia-nos a existência de uma oportunidade de mercado assinalável, correspondente a um conjunto de necessidades específicas e à qual responde um serviço correctamente adaptado. A auditoria forense é, assim, uma boa oportunidade de negócio para todas as empresas que estejam dispostas a adquirir e desenvolver as qualificações e competências necessárias a uma actividade tão exigente do ponto de vista técnico e tão sensível do ponto de vista da responsabilidade jurídica.

Esta exposição pretende constituir tão somente um ponto de partida para a introdução, desenvolvimento e aplicação da auditoria forense em Portugal. A auditoria forense e, sobretudo, a contabilidade forense têm vindo a assumir-se como uma área de especialização de elevado crescimento, em muitos países, ao longo da década de 90, facto este bem visível na criação de departamentos de serviços forenses nas empresas multinacionais de auditoria. A importância e utilidade deste tema reflectem-se ainda na proliferação de seminários, conferências e cursos de especialização que pretendem, simultaneamente, contribuir para a divulgação e para a formação de profissionais nesta área. As portas estão abertas a todos os profissionais de auditoria que pretendam e sejam capazes de explorar mais uma (boa) oportunidade de mercado.

NOTAS

1. O artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 487/99 de 16 de Novembro, que aprova o estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC), estabelece as competências dos revisores oficiais de contas no exercício de funções de interesse público.

2. Tal como decorre da alínea a) do n.º 1 do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 487/99 de 16 de Novembro.

3. As sociedades legalmente obrigadas a certificação legal de contas estão definidas nos artigos 262.º e 278.º do Código das Sociedades Comerciais.

4. O n.º 3 da directriz técnica de revisão/auditoria n.º 700 da OROC - Certificação Legal das Contas - dispõe que: "se bem que a opinião do revisor/auditor aumente a credibilidade das DF, o utilizador não pode assumir que a opinião é uma segurança quanto à eficiência ou eficácia com que o órgão de gestão conduziu os negócios da entidade ou quanto à futura viabilidade da entidade." O n.º 12 da Norma Internacional de Auditoria (NIR) da International Federation of Accountants (IFAC) n.º 240 - Fraudes e Erros - refere que "uma revisão/auditoria está sujeita ao risco inevitável de não serem detectadas algumas distorções materialmente relevantes das DF, mesmo que a revisão/auditoria seja devidamente planeada e executada de acordo com as NIR".

5. No que respeita à fraude, o Institute of Chartered Accountants of Scotland cita o estudo feito por Steen em 1989, no Reino Unido, que demonstrou que 75% do público em geral, incluindo indivíduos conhecedores de matérias financeiras, considerava que era responsabilidade do auditor a detecção de fraudes de qualquer tipo e que 61% pensava que o auditor deveria ocupar-se activamente da investigação da fraude. Este instituto baseia-se também no estudo de Humphrey (1991), no Reino Unido, que conclui que a detecção de fraudes era vista como uma responsabilidade do auditor por 86% dos utentes da informação financeira, 62% dos directores financeiros e por 53% dos

auditores. Refere ainda que, no Canadá, um trabalho de investigação, levado a cabo pela Decima Research Limited (1986), concluiu que 47% dos investidores considerava que os auditores deviam procurar e investigar activamente casos de fraude.

6. De acordo com o ponto 10 da NIR 240, "a probabilidade de detectar erros é ordinariamente mais alta do que a de detectar fraudes, uma vez que a fraude está normalmente acompanhada por actos concebidos especificamente para ocultar a sua existência". O ponto 13 da referida norma reza que "o risco de não detectar distorções materialmente relevantes resultantes de fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção materialmente relevante resultante de erro, porque a fraude envolve normalmente actos concebidos para a ocultar, tais como conluio, falsificação, falta deliberada de registo de transacções, ou esclarecimentos falsos que foram intencionalmente dados ao revisor/auditor".

7. Jakubowski *et al.* (2002) fizeram um questionário a cerca de 800 auditores de nove estados dos EUA relacionado com os efeitos da introdução da SAS 82. 82% dos inquiridos entendeu que a SAS 82 produziu efeitos no modo de condução da auditoria às DF. A questão suscitou ainda alguns comentários dos auditores: 45% afirmou que esta norma exige mais tempo, documentação, planeamento e trabalho de campo; 17% que o auditor está mais atento aos factores de risco de fraude; 7% afirmou que originou procedimentos de auditoria mais eficientes e 6% da amostra declarou que a SAS 82 requer mais formação em matéria de fraude. Quando lhes foi perguntado se a SAS 82 levou a um aumento da descoberta de distorções resultantes de relato financeiro fraudulento, 99% respondeu que não e 97% dos inquiridos confirmou que esta norma não provocou um aumento da detecção de distorções resultantes da apropriação indevida de activos; 43% dos inquiridos indicou que o maior custo para o auditor resultante da introdução da SAS 82 foi o aumento dos custos da auditoria e 42% que os custos para o cliente se traduziam no pagamento de honorários mais elevados. Estes autores sustentam também que, apesar desta norma ter por objectivo clarificar a responsabilidade do auditor na detecção e relato de fraudes, pode ter tido o efeito perverso de aumentar essa responsabilidade, uma vez que 45% dos inquiridos afirmou que a sua responsabilidade legal aumentou, designadamente porque o auditor tem uma responsabilidade acrescida na detecção de fraudes (22%) e porque o público lhes atribuiu essa responsabilidade (9%).

8. Chidghey e Stone (2002) afirmam que devem ser encetados procedimentos de auditoria de forma a obter-se evidência apropriada que garanta, simultaneamente, a ausência de fraudes e erros materiais e que, no caso destas irregularidades terem ocorrido, o efeito da fraude esteja devidamente reflectido nas DF ou o erro esteja corrigido.

9. As normas técnicas de revisão/auditoria da OROC, mais concretamente as normas de trabalho de campo, estabelecem o seguinte nos respectivos parágrafos 14 e 15:

"14. Na determinação do risco de revisão/auditoria, o revisor/auditor deve usar o seu julgamento, tendo em conta a materialidade e o relacionamento desta com aquele risco. Considera-se que uma informação é materialmente relevante se a sua omissão ou distorção puder influenciar as decisões dos utilizadores das DF.

15. O revisor/auditor deve planear o trabalho de campo e estabelecer a natureza, extensão, profundidade e oportunidade dos procedimentos a adoptar, com vista a atingir o nível de segurança que deve proporcionar e tendo em conta a sua determinação do risco da revisão/auditoria e a sua definição dos limites de materialidade".

10. Note-se que Azevedo Antão (1998) refere que "a responsabilidade do auditor pela detecção de fraudes nas DF objecto de auditoria foi-se esbatendo à medida que foram sendo abandonadas as auditorias integrais".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTÃO, Avelino Azevedo (1998), «Fraude - Responsabilidades dos gestores e dos auditores». *Actas das VII Jornadas de Contabilidade e Auditoria*. Coimbra.

ARRUÑADA, B. (1997), *La calidad de la auditoría-incentivos privados y regulación*. Madrid.

CANO, Miguel Antonio C. e LUGO, Danilo C. (2001), «Um apoio técnico a la Auditoria Gubernamental». *VI Seminario Latinoamericano de Contadores y Auditores*. Sept. Estados Unidos.

CHIDGEY, P. e STONE, S. (2002), *Implementing GAAS 2002/2003 - A practical guide to auditing and reporting*.

CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS (2000). Almedina. Coimbra.

COSTA, C. Baptista (2000), *Auditoria Financeira*. Rei dos Livros. Lisboa.

CULLINAN, C. e SUTTON, S. (2002), «Defrauding the public interest: a critical examination of reengineered audit processes and the likelihood of detecting fraud. Critical perspectives on accounting». *DECRETO-LEI N.º 487/99* de 16 de Novembro.

FASB (2000), «Statement of Financial Accounting Standards No. 86, Accounting for the Costs of Computer Software to be Sold, Leased, or Otherwise Marketed». *Original Pronouncements, Accounting Standards*, vol. I, John Wiley & Sons, Inc., New York.

GRAY, John (2002), «Paper trails». *Canadian Business*, Apr.

JAKUBOWSKI, Stephen T.; BROCE, Patricia; STONE, Joseph e CONNER, Carolyn (2002), «SAS 82's effects on fraud discovery». *CPA Journal*, Febr.

KRAMBLA-KAPARDIS, M. (2002), «A Fraud Detection Model: a must for auditors». *Journal of financial regulation and compliance*, Sept.

MAUTZ, R. e SHARAF, H. (1961), **The philosophy of auditing**. American Accounting Association, Sarasota.

MESSIER JUNIOR, William F. (2000), **Auditing and Assurance Services**. Irwin McGraw-Hill.

ONTÍN, A.; SAN JUAN, A. e ALCAIDE, T. (2000), **Introducción a la auditoría financiera**. Universidad Nacional de Educación a Distancia, Madrid.

RUSHINEK, A. e RUSHINELK, S. (2000), «Internet fraud auditing: a simulated health care industry case study». *Journal of Forensic Accounting*, vol. I.

SHANI, D. e CHALASANI, S. (1992), «Exploiting niches using relationship marketing». *Journal of Consumer Marketing*, Summer.

THE INSTITUTE OF CHARTERED ACCOUNTANTS OF SCOTLAND (1993), **Auditing into the Twenty-first Century**.

ZEITHAML, V. e BITNER, M. (1996), **Services Marketing**. McGraw-Hill, New York.